

Reconstrução identitária em processos de reassentamento: a experiência de moradores em programas de habitação social

Ana Paula Serpa Nogueira de Arruda*

Resumo

Este artigo se propõe analisar o impacto social da política de produção de moradias populares sobre os moradores assistidos e suas possibilidades de reconstrução identitária em meio a processos de reassentamento. O objeto deste estudo será o município de Campos dos Goytacazes-RJ que vem nos últimos 13 anos produzindo diversos conjuntos populares. Para tanto, propomos analisar a política municipal de remoção de favelas neste município, a partir da percepção e relatos dos moradores reassentados. Analisaremos o caso do conjunto habitacional da Aldeia, construído em 2001, uma vez que este constituiu um dos primeiros passos deste tipo de política, que ainda está sendo realizada na cidade. Além do caso da Aldeia, também propomos uma reflexão sobre os novos conjuntos habitacionais produzidos pelo atual programa municipal, o “Morar Feliz”, e se estes tem demonstrado maior preocupação com aspectos sociais.

Palavras-chave: Habitação Social, Processos de Reassentamento, Reconstrução Identitária.

Identity reconstruction in resettlement processes - the residents experience in housing programs

Abstract

This article aims to analyze the social impact of production politics of popular habitation over the residents assisted and the possibilities of their identity reconstruction under these resettlement processes. The object of this study will be the city of Campos dos Goytacazes-RJ, that has been producing several popular houses over the last 13 years. Therefore, we propose analyzing the slum removal policy in this city, from the perceptions and reports of the habitants resettled. We will analyze the case of Aldeia social housing quarter, built in 2001, since this represents one of the first steps of this kind of policy, which still has been held in the city. Besides the case of Aldeia, we also propose the reflection about the new social housing quarters produced by the current local program, “Morar Feliz” (“Live Happy”), and if these has demonstrated deeper concerns about social aspects.

Keywords: Social Housing, Resettlement Process, Identity Reconstruction.

INTRODUÇÃO

Atualmente, em meio ao auge do “Minha Casa, Minha Vida”, os programas habitacionais tem ganhado destaque no cenário nacional, assinalando a viragem da economia brasileira. Por outro lado, a construção de conjuntos habitacionais e o reassentamento de populações, especialmente de áreas faveladas e comunidades periféricas, para outros espaços da cidade, requer uma política reflexiva e articulada com as demandas destes grupos locais, tendo em vista suas complexas realidades sociais. Justifica-se, assim, a elaboração de pesquisas e estudos que dêem voz a estes moradores removidos,

evidenciando suas diversas necessidades, bem como suas opiniões sobre estes projetos, buscando de fato uma incorporação destes à cidade, no que consiste também à participação e deliberação sobre estes programas habitacionais.

Neste sentido, embora a política de reassentamento, por meio da construção de conjuntos habitacionais, tenha um caráter transformador, uma vez que promove deslocamentos espaciais de moradores que vivem em locais definidos como impróprios, muito mais que uma alteração espacial, estas famílias transferidas passam por uma mudança em outras áreas de suas vidas. Esta transformação também é social, simbólica e identitária, podendo

* Mestre em Políticas Sociais/ UENF. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política / UENF. E-mail: serpanogueira@gmail.com

modificar também os mecanismos sociais que induzem ao fortalecimento ou rompimento dos sentimentos de pertencimento existentes nos locais anteriormente ocupados.

Sendo assim, estes processos de realojamento requerem também uma consideração sobre os processos identitários dos moradores destas localidades alvo dos programas habitacionais, o que demonstraria uma preocupação contínua com a preservação das redes de sociabilidade, fazendo com que o processo de remoção seja menos traumático, e que o impacto sobre os vínculos sociais destas populações seja minimizado.

Mais do que objetivos numéricos, é necessário ponderar as variáveis sociais na elaboração de projetos habitacionais, que uma vez consideradas, levam a uma melhor apropriação social destes novos espaços, possível de serem reconhecidos coletivamente a partir de elementos comuns entre seus moradores. Isto se daria através do apreço e integração destas redes e laços coletivos, através da associação de moradores, igrejas e comércios populares, por exemplo, e que funcionam enquanto equipamentos de identificação e símbolos de apropriação, não somente na elaboração dos projetos habitacionais, como também na sua implantação. Responder a este desafio, que também inclui uma demanda habitacional cada vez mais alta, através da constituição de projetos inovadores, mais inclusivos e participativos, tem sido o desafio das administrações brasileiras, não apenas das metrópoles, mas também das cidades de porte médio.

No caso de Campos dos Goytacazes, o maior Pólo Regional do Norte Fluminense, atualmente com 465.000 pessoas, a resposta às demandas habitacionais do município, através da construção de conjuntos habitacionais municipais ganhou impulso nos últimos 13 anos. A cidade já possui mais de 33 conjuntos habitacionais populares, distribuídos por toda sua malha urbana.

Em virtude dos *royalties* do petróleo¹, o município possui um PIB que o coloca como um dos municípios mais ricos na economia nacional, permitindo que seus programas habitacionais sejam financiados com recursos próprios. Também por este motivo, o município é palco de disputas entre seus diferentes grupos políticos,

que levaram ao afastamento de prefeitos, por problemas de gastos orçamentários. Vale destacar que, em meio a este contexto, sobressaem-se políticas de cunho “populista”, buscando forte apoio popular, dentre elas os programas de habitação social, marcadas pela gratuidade das moradias. Assim, a remoção de moradores de favelas e áreas de risco para casas populares é tratada como solução para a questão habitacional pelo município.

De caráter emergencial e pouco reflexivo, a política habitacional em Campos atua desta forma: moradores de diferentes favelas são removidos para um mesmo conjunto habitacional. Isto porque, carente de um planejamento e diagnóstico prévio, desconsideram-se as identidades culturais, a história local e os laços de pertencimento estabelecidos pelos moradores dos diferentes territórios. Desta forma, tão logo as famílias começam a ocupar estes conjuntos habitacionais, já passam a enfrentar diversas dificuldades, desde falta de serviços e equipamentos urbanos até conflitos entre vizinhos, o que gera uma sociabilidade e ação comunitária limitada.

Neste sentido, este artigo traz uma análise sobre como o impacto da política de produção de moradias populares tem atuado sobre os moradores e suas possibilidades de reconstrução identitária em meio a processos de reassentamento. Para tanto, propomos analisar a política municipal de remoção de favelas do município de Campos dos Goytacazes, a partir da percepção dos principais atores envolvidos: moradores reassentados. Foi definido como um dos objetos deste estudo o conjunto habitacional da Aldeia, construído em 2001, uma vez que este constituiu um dos primeiros passos deste tipo de política, que ainda está sendo implementada na cidade.

Ademais, a escolha do conjunto Aldeia deve-se ao fato de que foram removidas para o mesmo famílias da favela da Aldeia, localizada às margens do Rio Paraíba do Sul, bem como de outras áreas da cidade, o que acarretou problemas na sociabilidade local. Desta forma, interessa saber como esta reconfiguração espacial afetou a identidade coletiva e os laços sociais, e se estes puderam ser reconstruídos no conjunto habitacional. Também é importante conceber se

existe uma conformação entre a configuração do conjunto habitacional e a apropriação social deste espaço pela população nele reassentada, sobretudo no que consiste à capacidade de gestão deste novo território através de equipamentos comunitários.

Além do caso da Aldeia, também queremos refletir sobre os novos conjuntos habitacionais produzidos pelo atual programa municipal, o “Morar Feliz”, entregues recentemente aos moradores. Com a meta de edificar e doar à população de favelas e áreas de risco o equivalente a 10 mil moradias, este projeto, propagandeado como o maior programa habitacional municipal do Brasil, entregou, até o momento, 5.426 moradias, distribuídas em 14 conjuntos habitacionais. O reassentamento em um ritmo acelerado e, desta forma, pouco reflexivo, de um grande contingente de famílias de áreas degradadas para os residenciais, tem representado, no discurso oficial, a aquisição de uma melhor qualidade de vida urbana pelos beneficiados deste programa.

Entretanto, a complexidade deste novo programa também parece se revelar pelas inúmeras dificuldades a que parecem estar submetidos os novos moradores para que alcancem sua efetiva integração nesses novos espaços de convivência, compelida, cabe dizer. Também por meio de conversas com moradores de conjuntos do Morar Feliz, refletiremos sobre estes possíveis erros, principalmente no que consiste, enquanto objeto deste estudo, à preservação de laços sociais existentes nas comunidades anteriores, o que coloca a seguinte questão: estaria o atual Programa Morar Feliz repetindo os erros dos projetos habitacionais anteriores, desconsiderando, assim, o impacto social de suas ações?

Finalmente, quando falamos em análises de pós-ocupação, pode-se pensar primeiramente no impacto econômico e edílico dos conjuntos habitacionais edificados sobre as populações nele abarcadas. Observa-se que as consequências sociais na vida dos moradores, como eles se adaptam socialmente à nova realidade, e ao novo território, bem como a reconstrução de suas identidades culturais são pontos pouco considerados pelos gestores urbanos.

Esta reflexão sobre a remoção de favelas

nos permite visionar quais as decorrências da realocação de habitantes de diferentes áreas periféricas para um mesmo conjunto habitacional, e de que forma suas identidades culturais podem vir a ser (re)construídas nestes novos espaços. Como afirma Velho (2002), quando lidamos com pesquisas no universo urbano, temos a necessidade de considerar este como uma sociedade “complexa”, possuidora de características heterogêneas. Desta forma, nosso esforço é pensar toda a complexidade presente nestes dois projetos, entendendo os aspectos identitários na construção do conjunto habitacional Aldeia, em 2001, assim como refletir sobre o recente programa Morar Feliz, entregue em 2011 e 2012.

Assim, através de um viés etnográfico, por meio de visitas de campo aos conjuntos e entrevistas com moradores, propomos uma reflexão sobre estes processos identitários, tendo como instrumento privilegiado a “reconstituição” da experiência mediante relatos de vida e a representação da mudança expressa pelos próprios. Além do registro das falas, foi possível observar o local em companhia dos entrevistados e líderes da associação de moradores (no caso da Aldeia), apontando as mudanças, as transformações, bem como as vulnerabilidades do local. Optei pela metodologia de entrevista semi-estruturada, tornando estes momentos mais fluidos, sem uma rigidez que constrangesse e limitasse os entrevistados. No caso do programa Morar Feliz, uma pesquisa que ainda não está concluída, também realizamos conversas com os moradores de diversos outros conjuntos, assim como nos locais de inscrição do programa.

Neste contexto, refletir sobre estes processos de realojamento e seu impacto sobre a vida das comunidades removidas, o que pouco se observa por parte das instituições gestoras destes projetos, ganha importância, sendo, desta forma, o foco deste artigo.

DA FAVELA AO CONJUNTO HABITACIONAL: A HABITAÇÃO DE UM NOVO ESPAÇO

A autoconstrução, em terreno próprio ou de terceiros, nas periferias e favelas das cidades, tem sido a forma mais comum das camadas mais

pobres “solucionarem” seus problemas de acesso à habitação. Por consequência, estes imóveis podem se localizar em áreas zoneadas para fins não urbanos, de risco e/ou de proteção ambiental, sem equipamentos e serviços públicos, sujeitas à desapropriação, reafirmando o que Kowarick (2009) aponta como a marca das nossas cidades, o “*Viver em Risco*”, sob as circunstâncias da vulnerabilidade social e da ausência de direitos, dentre eles o de habitar com segurança. Neste contexto, carece a atuação do setor público, por meio de programas habitacionais, na busca pela diminuição das desigualdades urbanas.

É fato que as cidades brasileiras enfrentam um dilema no que consiste a democratização do acesso à moradia e, por isto, existe a dificuldade em empreender projetos habitacionais que não apenas atendam às metas quantitativas, mas sobretudo reflitam sobre os modelos de habitação social, por vezes homogeneizantes, e que contrariamente acabam por corroborar em processos segregadores.

Para Guimarães (2007), o que se observou na história da habitação popular no Brasil foi a utilização de uma solução “fordista” na construção de conjuntos habitacionais, marcadas pela monotonia, repetição e pela não adequação ao modo de vida da população assistida. Isto ocorreu em muitas experiências brasileiras, desde as vilas operárias nos anos 40 e 50, dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's), no desempenho da Fundação da Casa Popular (FCP) e, na década de 60 e 70, com o Banco Nacional de Habitação (BNH), operacionalizado através das CEABs e COHABs. Este traço histórico dos programas habitacionais populares, ainda hoje, se mantém em muitos projetos de edificação de conjuntos também marcados por este estilo de construção, homogeneizante e impessoal, muitas vezes inadequado à realidade da população.

Ressalta-se, desta forma, a importância de projetos habitacionais que integrem uma preocupação com um diagnóstico prévio dos moradores, uma implementação planejada e um acompanhamento de pós-ocupação, concebendo um avanço contrário aos possíveis efeitos perversos, como a desintegração social destes espaços. Neste território planejado, os moradores podem adquirir a disposição de reescrever suas histórias ou abandoná-las, pela não identificação

ou pelo sentimento de desenraizamento e insegurança, frente a uma ordem violenta que comumente se instala em conjuntos populares, campo aberto para esta interferência.

De acordo com Heidegger (1994), o ato de «habitar» está no alicerce da constituição do sentido da vida, nos modos de apropriação dos lugares da cidade, a partir da casa. Habitar, como obra humana, é o lócus de produção da «pequena história», aquela construída nos lugares comuns, por sujeitos comuns, na vida diária. Uma vez que possui um sentido social, e como resultado de processos sociais que conferem significado ao mundo, o habitar não se resume a apenas um lugar para dormir, mas de vínculos de permanência e manutenção.

Segundo Lefebvre (1999), embora o habitar seja considerado por muitos, equivocadamente, como “*negligenciável*”, é necessário encontrar o seu sentido. Para o autor, dentre os níveis do fenômeno urbano, “*o essencial, o fundamento, o sentido provêm do habitar*”. A relação do ser humano com a natureza e com o habitar nos seus diversos significados.

A casa, de acordo com Teixeira (2004), é o nosso canto no mundo, e muito além de abrigo e refúgio, ela faz parte do que somos, da nossa identidade. Habitar não significa apenas ocupar um terreno, somente em seu sentido edílico, mas estar ligado a elementos que garantam qualidade de vida, dentre outras coisas, e a existência de atividades econômicas, culturais, sistemas de transportes, comunicação e de abastecimento. Há também uma significação emotiva no habitar, já que este é o local das interações e da construção da história de vida dos indivíduos. Nele, as trajetórias se constroem, não somente as individuais, mas também as coletivas.

Desta forma, habitar, enquanto ação social, envolve também a formação de uma coletividade que coloca homens e mulheres em um mesmo espaço organizado, o que vai identificar uma comunidade (Lima, 2007). E, desta forma, o habitar instaura uma dimensão de comunidade, no sentido em que é comum a todos a formação de um espaço tornado emblemático e, neste sentido, carregado de significados.

A necessidade de habitar pertence a todo ser humano, e quando não lhe são dadas condições para habitar “*ele (o ser humano) a fabricará à sua*

maneira”. Embora seja uma necessidade básica, ela está sujeita a um processo especulativo, decorrente de um modo de produção capitalista em que o espaço urbano é apropriado pela iniciativa privada, em detrimento do bem-estar coletivo. Assim, diante da necessidade de habitar, mas em uma sociedade em que a habitação é um privilégio, vemos as estratégias de sobrevivência da população que não possui acesso a uma casa. Dentre estas estratégias, destaca-se a favela. A favela é uma das formas de habitar diante da não possibilidade de obtenção de uma moradia formal.

Entretanto, a favela possui identidade e sociabilidade próprias. Para Burgos (2005), um aglomerado torna-se favela à medida que desenvolve um microsistema sociocultural próprio, marcado pelo estabelecimento de uma identidade territorial apoiada em instituições locais que são construídas por seus membros. Deste espaço vivido, surgem elementos de significado e de pertencimento, que são referenciais identitários agindo sob uma ótica coletiva, tais como os líderes locais, as associações mediadoras de demandas coletivas, comércio e ordem jurídica locais, elementos essenciais à integração social.

Além disto, a favela é constituída por uma rede de símbolos e significados que formam a identidade dos seus moradores que, por conseqüência, possuem as representações deste espaço vivido. É esta favela, lugar de pertencimento, também chamada de comunidade, termo que exprime segundo Bauman (2003), um lugar aconchegante, conhecido, de vivências coletivas.

Contudo, mediante o processo de remoção, esta identidade se vê ameaçada pelas inúmeras possibilidades de re-significação do novo espaço, uma nova apropriação permeada por um novo sentido. Uma vez que o pertencimento é, de acordo com Souza e Silva (2003), um “*processo de incorporação e exteriorização de atitudes que levam à constituição da identidade*”, este constitui-se mais que um sentimento, já que se expressa em ações.

Desta forma, a produção de identidades não é um processo uniforme, pois depende de fatores sociais e culturais os quais os indivíduos vão constituindo ao longo da vida e de acordo com suas experiências. Assim, em um mesmo

espaço, um grupo pode partilhar de uma mesma referência identitária, uma vez que este local possui um sentido partilhado e apreendido (Gonçalvez, 1994).

Desta forma, a remoção para o conjunto habitacional pode colocar em risco laços sociais e identitários existentes nas comunidades a serem realocadas, principalmente quando suas opiniões não são consideradas na elaboração dos projetos. Não obstante, muitas vezes são edificadas conjuntos que mesclam moradores de diferentes locais, o que pode ocasionar a perda de identidades singulares, correndo o risco de que elas não se estabeleçam no novo espaço, chegando ao ponto do surgimento de conflitos de sociabilidade e de apropriação desta região. Nestas disputas de poder em processos de legitimação dos diferentes grupos presentes nestes novos territórios, a formação de “Estabelecidos e Outsiders”, como apontado por Norbert Elias (2000), pode ser possível, onde os estabelecidos acabam excluindo os recentes residentes do seu convívio social, definindo a sociabilidade local, podendo permanecer por gerações.

Assim, um dos desafios fundamentais da vida na grande cidade contemporânea é o convívio da alteridade. Como já aponta Velho (2002), habitamos em cidades complexas, diferenciadas, com diversos estilos de vida, anseios, costumes e tradições. Mesmo dentro de uma única favela, pode-se encontrar estes múltiplos aspectos. A realocação de diversas favelas para um mesmo espaço pode gerar um cenário ainda mais complexo.

Por isto, como afirma Bourdieu (1997), para compreender os conjuntos habitacionais, espaços onde as pessoas são deslocadas e forçadas a coabitarem, temos que analisar as seus diversos aspectos, não isoladamente, mas conjuntamente, trazendo à tona os conflitos existentes, os dramas, as sociabilidades que não se encontram na superfície, as diversas misérias cotidianas, que por serem julgadas “pequenas”, acabam por serem desconsideradas, caladas.

Dentro deste quadro de necessidades, estes homens e mulheres possuem enormes problemas, mas tão poucas formas de se fazerem ouvidos, protestando fora dos quadros instituídos, ou por vezes se fechando em suas mazelas. Entendido

como um destes espaços onde pode ocorrer a produção da miséria social contemporânea, os conjuntos habitacional, personificados por seus habitantes, necessitam ter sua voz revelada, e assim serem conhecidos seus conflitos, sociabilidades e sofrimentos, abafados sob um ideal “urbanizador”.

Neste sentido, os processos de identidade são essenciais para um estudo sobre as favelas e suas remoções. Os espaços são apropriados socialmente pelos grupos sociais que o compõem, são assim dotados de um pertencimento e de um significado que lhes é peculiar. Este deslocamento espacial típico do processo de realojamento vem acompanhado pela reconstrução de processos identitários pelos quais os atores sociais experimentam transformações, principalmente em seus sentimentos de pertença a uma comunidade, a um grupo que partilha valores e referenciais comuns.

IDENTIDADES CULTURAIS RECONSTRUÍDAS E A APROPRIAÇÃO SOCIAL DE UM NOVO ESPAÇO: A EXPERIÊNCIA VIVIDA PELOS MORADORES DO CONJUNTO ALDEIA

O conjunto habitacional da Aldeia foi edificado em 2001, um dos primeiros do município, trazendo no realojamento de população de favelas uma esperança de melhorias habitacionais, bem como da qualidade de vida de seus habitantes. Foi propagandeado como um modelo de ação pública, projetado com 400 unidades habitacionais, buscando atender famílias que moravam em área de risco da favela da Aldeia, às margens do rio Paraíba do Sul. O residencial foi construído próximo à antiga favela, e para ele foram realojados moradores da favela da Aldeia, bem como de outras áreas da cidade. Desse modo, conversando com os moradores e participando de eventos do local pude desenvolver as entrevistas². Observei que era essencial também incluir em minha análise a percepção dos moradores que vieram de outros bairros sobre o processo de remoção e configuração do conjunto como espaço comum.



Figura 1: No círculo observamos o conjunto habitacional da Aldeia. Ao longo da margem do Rio Paraíba do Sul, temos a extensão da favela da Aldeia, de onde as famílias foram removidas. (Fonte: Google Earth, 2009)

O local do conjunto é igualmente afastado da cidade e marcado pela mesma falta de trabalho, transporte e habitações de qualidade, que antes caracterizava a favela. Em 2006, foram construídas outras 110 casas. Contrariando promessas feitas aos moradores não assistidos em 2001, poucos moradores da Aldeia foram contemplados neste último projeto.

Constituída na década de 60, a favela da Aldeia, segundo relatos de moradores, inicialmente foi composta de ex-empregados da Usina Sapucaia. Com o declínio da indústria açucareira, várias famílias³ estabeleceram-se na cidade em busca de emprego, e sem dinheiro para a aquisição de uma casa, foram se instalando à beira do rio. Sem que o processo de ocupação fosse dificultado pelas autoridades municipais, muitas casas foram construídas às margens do rio e, por este motivo, sempre que o seu nível subia, muitas famílias ficavam desabrigadas. Segundo relato de seus primeiros moradores, dentre eles Joaquim, 74 anos, realojado no conjunto desde 2001:

“Foi eu que fundei ela! (conta com orgulho) fundemos aquilo dia e noite. E nós chegamos com um dinheirinho de Sapucaia que fomos dispensados. É porque lá, em 40 anos, eu posso dizer que sou um patriarca, sabe o que é? Eu sou um patriarca. Essa turma que está aí são quase tudo, como pode se dizer filho. (...) Aí, em

66, comecei a fazer casa e alugar o povo por dez cruzeiro por mês. Mas com um ano entregava a chave, a casa a eles. Porque se eu alugasse eles arcava. E se eu vendesse eles não tinha como pagar. Eu alugava à dez cruzeiros por mês naquela época. E quando completava um ano eu dava a casa a eles. E aí nos fomos crescendo aí de noite.. E aí cresceu nossos familiares que está aí. E daí foi panhando a beira rio” (Joaquim).

Ao longo dos anos a favela da Aldeia foi se expandindo e recebendo não mais moradores das usinas em declínio, mas também de diversas áreas rurais de Campos. Segundo o Censo 2000, a Aldeia era a segunda maior favela de Campos, perdendo apenas para a da Margem da Linha, possuindo 533 domicílios e uma população de 1.885 habitantes.

Em 1987, foi criada a Associação de Moradores e Amigos da favela da Aldeia, cujo engajamento e capacidade de mobilização coletiva foram evidenciados pelos moradores. Inicialmente, suas reivindicações buscavam melhorias para a favela no âmbito da infraestrutura, saneamento básico, escolas, posto de saúde, etc. Somente a partir de 1998, a associação começou a reivindicar pela construção de casas populares para a população ribeirinha pois, segundo os entrevistados, as enchentes se tornavam cada vez mais frequentes e intensas.

Contudo, com a remoção, a própria associação pagou um preço muito caro: ocorreu o esvaziamento político e uma desmobilização, o que pudemos constatar nos relatos dos moradores. Apesar de muitos serem usuários dos serviços prestados pela associação, que serve não somente ao conjunto, mas ainda aos remanescentes da favela da Aldeia, através da recepção e distribuição de correspondências e do estabelecimento de convênios entre o poder público e a população local, por exemplo, poucos são os que a percebem como um canal eficiente para suas ações coletivas.

“Porque a associação aqui tá parada, só tem presidente. Só não age nada, está parada. Logo quando nós morava lá na beira rio tinha presidente, aí tinha reunião todo mês. Aí de mês a mês tinha a reunião lá e a gente ia. Pra falar de alguma coisa que tava faltando. Mas depois

que vim pra cá acabou. Acabou reunião, tem a associação só pra dizer que tem mas não tem não” (Tânia).

Na favela, a associação mantinha a interlocução com os órgãos públicos e parece ter sido determinante na pressão pela construção do conjunto. Em verdade, o projeto original foi marcado por inúmeros problemas, contrariando as demandas colocadas pelos moradores da favela. A exemplo de algumas famílias que desejam se mudar para o conjunto mas não foram contempladas pelo programa habitacional, pois suas casas não foram “consideradas” como construídas em área de risco de enchente. Em contrapartida, outros que tiveram suas casas selecionadas se recusaram a deixá-las, como afirma Maria, 58 anos, também transferida para o conjunto em 2001.

“Muitos vizinhos se revoltaram, não queriam mudar, muitos achavam que a casa deles tava melhor, teve muita polêmica assim (risos). Tinha gente que não deixava e que não queria que derrubasse a casa, né... Tinha gente com pena sim. Não eram todos que estavam de acordo pra sair não”(Maria).

Maria afirma ter feito sua vida no conjunto. Ela construiu um comércio que se tornou um ponto de referência no local, conferindo-lhe certa estabilidade financeira. Os seus filhos também foram assistidos com moradias, e vivem próximos a sua mãe, que se orgulha de sua trajetória no local, pois eles também tem atuado na associação de moradores. Ela afirma ter apoiado a construção do conjunto. Também Marta, 45 anos, ex- moradora da favela da Aldeia, vê com otimismo a nova vida no conjunto, mesmo residindo em uma “casa pequena”, mas que permitia ser ajustada. Ela se mudou para o conjunto com o marido e três filhos e, devido aos problemas com a enchente, apoiou a remoção:

“Muitos gostam, muitos não gostam né... Eu dou Glória a Deus porque na beira rio era muita água. A gente, quando o rio enchia, era água, a gente nunca poderia ter móvel, nunca poderia construir.”(Marta)

Entretanto, segundo os moradores, o

conjunto deveria ter sido destinado apenas aos residentes da Aldeia, como salientado pelos agentes públicos da época em reuniões com os mesmos. Em contrapartida, muitos moradores de outras localidades também foram remanejados para o conjunto, provocando certo mal estar inicial, reafirmando, e em alguns casos reposicionando, as redes sociais existentes anteriormente. A principal conseqüência parece ser o enfraquecimento dos laços sociais e da identidade coletiva anteriores, dando lugar a uma reconstrução identitária própria deste novo espaço, marcado inicialmente por desconfiças ou por reconhecimento.

Neste sentido, alguns moradores entrevistados, principalmente os mais idosos, alegam não terem se adaptado ao conjunto, principalmente pelo desvinculamento de suas antigas redes de vizinhança espalhadas pelo novo espaço. Além disto, a favela da Aldeia foi formada na década de 60 às margens do rio Paraíba, o que representava uma marca da comunidade através dos muitos pescadores. Os moradores se reuniam para fazer festas, forrós, para pescar e para batizar as crianças recém nascidas, por exemplo. Entretanto, a favela enfrentava, anualmente, o problema da enchente, o que fez com que a prefeitura esquematizasse sua retirada. Mesmo nestes momentos de enchente, a comunidade permanecia unida e os moradores ajudavam uns aos outros, nos abrigos de escolas e de igrejas. Segundo relato de moradores entrevistados:

“Lá... lá era um parque de amizade. A gente convivia há muitos anos, mas separou tudo, então nunca é normal, igual, como foi. Aqui já misturou, num jeito diferente porque veio muita gente de fora, de outros bairros... entendeu? Porque lá a gente vivia assim, porta com porta. Nós sempre convivia bem, Graças a Deus, nunca brigamos, era muito bom. (Marilza)

“A favela da Aldeia era uma família. A gente se reunia na beira do rio, fazia festa, lutava pelas nossas necessidades na associação”. (Tânia)

“É porque lá eu era livre, né. A senhora não viu o meu pomar lá. Lá eu era livre! ... Ou seja, aqui (no conjunto) eu não tenho liberdade. Comia lá

um mamão, eu comia lá, a banana eu comia lá. Tudo eu pegava da horta! E se quiser um peixe, dou um tarrafada pra pegar um ... Isso sim era bom”. (Joaquim)

O reassentamento contribuiu, nestes casos, para a dissolução dos sentimentos locais que garantiam a coesão social, através de diferentes fatores, como o afastamento de vizinhos antigos, a entrada de pessoas não procedentes da favela, o aumento da sensação de insegurança e a violência. Estes sentimentos nostálgicos sobre o antigo local ainda estão presentes, como afirmou Marilza, moradora da favela da Aldeia durante 36 anos:

“O ruim lá é a água, porque todo bairro quando enchia, era água aqui ó (aponta em direção a linha da cintura)... eu ficava ilhada, porque não tinha passagem pra lá nem pra cá, então tudo que eu ia fazer era maior sofrimento mesmo... foi só devido a essa água que me tirou dali, porque eu gostava muito de lá, lá era muito bonzinho, aqui (no conjunto) já não é igual lá, aqui já é bem mais perigoso”.

“Lá era bom, tudo era ligado com a gente, mas depois que mudou pra cá... Um bocado de vizinho foi pra lá, um bocado de vizinho foi pra cá, aí ficou separado (...). Lá era mais unido, passava mal uma pessoa juntava todo mundo pra ajudar.” (Jânio)

A reconfiguração dos laços sociais, neste sentido, é fundamental em uma análise sobre remoção de favelas, e foi fundamental na configuração da sociabilidade da Aldeia. Isto demonstrou como este novo espaço é socialmente apropriado, recriado em vínculos, em referenciais que recriam identidades. Principalmente porque as relações de vizinhança são essenciais para os segmentos de renda mais baixa, um dos aspectos mais relevantes da identidade cultural. Por sua vez, na favela, estas populações utilizavam a rede de solidariedade de vizinhos e parentes, como estratégia de sobrevivência, relacionada principalmente às suas necessidades cotidianas.

No caso do conjunto Aldeia, para os moradores procedentes de outras áreas da cidade, a dificuldade em estabelecer laços sociais

no conjunto também foi relatada. Estes, por sua vez, também vivenciaram uma experiência de desterro ou desenraizamento, típica do realojamento - elementos “estranhos”, em uma vizinhança em crise. Sendo assim, tiveram que se questionar a respeito do ritual social, isto é, o que se deve fazer, a fim de evitar ser encarado com suspeita ou ser considerado estranho. De acordo com Carlos, 46 anos, oriundo de outra favela:

“Foi difícil no início... pra mim e pra minha família. A gente veio de outra favela... Então, quando a gente chegou, foi difícil pra gente se enturmar, porque o povo já vivia aqui muito anos... Isso, até eles conhecerem a gente melhor! Quando comecei a participar do time de futebol daqui, que melhorou mais!” (Carlos)

Desta forma, uma vez no conjunto, os moradores, tanto procedentes da favela da Aldeia como de outras favelas, vivenciaram a árdua tarefa de reconstruir seus laços, suas identidades culturais e de adaptar suas práticas à nova realidade, ou seja, apropriar-se deste novo espaço. Assim, no conjunto Aldeia, ao longo dos anos, foram sendo constituídas redes sociais influenciadas pelas identidades sociais de seus moradores. Observa-se, portanto uma complexa realidade marcada pelas diferentes origens de seus habitantes, e que definiu os diversos arranjos sociais que marcam o local.

Durante a pesquisa, foi possível identificar agrupamentos dos moradores de acordo com suas referências culturais. Alguns moradores oriundos da favela da Aldeia preferiam se relacionar com outros de mesma origem. Como demonstrado, determinados relatos apontam um processo de nostalgia, onde o local anterior é visto como melhor que o atual, uma situação de bloqueio ao novo e ao diferente. Por outro lado, outros moradores oriundos da favela da Aldeia têm buscado reconstruir seus laços sociais, independentemente das origens de seus vizinhos, aceitando assim os moradores de fora.

Podemos perceber o uso de redes sociais como igreja, time de futebol, e associação de moradores, por exemplo, para a reconstrução de vínculos sociais, todas elas influenciadas pelas referências culturais que os moradores vivenciaram anteriormente. O caso de Samara,

44 anos, exemplifica a utilização destas redes como uma forma de se estabelecer no local. Ex-moradora de aluguel de outro bairro, era atuante na igreja do local anterior. Samara conseguiu, através de cadastro na prefeitura, uma casa no conjunto habitacional, onde vive com três filhos. Em uma das igrejas criada pelos moradores do conjunto, ela enfrentou desconfiança, a princípio, o que foi superado posteriormente:

“O pessoal da igreja, eles falavam: “Samara, você era tão metida”. “Eu nunca fui metida!”. “Mas você mudou muito!”. “Mas eu sempre fui assim, vocês que me viam de outra forma!”. Porque você quando tá conhecendo a pessoa de início, você vê uma coisa que não é, né. Falei com ele “mas eu nunca fui metida, vocês que me julgaram mal”. Porque eu sou muito de tá aqui dentro de casa, sabe? Hoje eu saio, por exemplo, eu vou alí na casa dessa irmã (...). A igreja me ajudou a acostumar com isto aqui.” (Samara)

Através destas redes sociais, fundamentada nestas instituições locais, surge a possibilidade de relações sociais próprias do conjunto, uma vez que estas funcionam como um instrumento de agrupação de moradores, independentemente de suas favelas de origem, ou seja, favela Aldeia ou outras favelas da cidade.

Neste sentido, representam uma possibilidade de que laços de pertencimento sejam constituídos e que uma identidade cultural própria do conjunto, Aldeia, venha a ser conformada ao longo dos anos. Nestes agrupamentos, os indivíduos pertencem ou se distinguem, mas já reconfiguram uma possível identidade local. De acordo com Teresa, ex-moradora de aluguel de um outro bairro, a defesa de seu atual endereço parece configurar uma identificação com o local:

“Eu não gosto quando falam mal daqui. Eu defendo! As pessoas daqui são gente boa. Quando eu vim fiquei até com medo que falavam tanta coisa do povo daqui...mas eu vi que não é nada disso. Hoje já me sinto do lugar. Os meus vizinhos são ótimos. Eles contam cada história de quando moravam na beira rio. Coisa boa e ruim. Eles passaram por muitas dificuldades. Eu gosto de ficar ouvindo porque é a historia da vida deles”.

Entendida como um processo complexo, a produção de identidades culturais depende de elementos sociais e culturais dos indivíduos, suas trajetórias, suas situações sociais e suas referências do vivido. Em um conjunto habitacional, lugar complexo por natureza, de convivência pré-estabelecida, é importante analisar como os diferentes atributos e referências identitárias dos moradores podem resultar em uma identidade sincrética, própria deste novo território.

Ademais, a violência e a criminalidade presentes no conjunto produzem, entre os moradores, um sentimento comum de insegurança frente a uma sociabilidade limitada pelo medo. As relações sociais entre os moradores, seus relatos, partilham da aversão a uma ordem violenta que viola o direito de todos, sejam eles moradores da aldeia ou de outros bairros.

Adiciona-se também o sentimento de abandono pelo poder público, o que os coloca diante das mesmas necessidades coletivas e dificuldades de acesso a equipamentos e serviços urbanos antes vivenciada em seus locais de origem. Educação precária, transporte ineficiente, saúde sucateada, são reclamações que pautam as falas durante as entrevistas. Embora não partilhem da mesma história, da mesma origem comunitária, uma vez no conjunto, estes problemas são comuns, e em alguns pontos acabam por acarretar um reconhecimento mútuo. Contudo, atento aqui que, em meio às tensões cotidianas e uma vez que os recursos são completamente escassos, um sentimento de proteção entre aqueles oriundos da aldeia surge em algumas falas, dando conta de uma nostalgia protetora diante de uma memória comum que os congregava diante das dificuldades anteriores.

Por fim, entende-se que o conjunto pode se tornar um espaço de referencial próprio, um espaço de pertencimento, importante a seus moradores. Os processos humanos são dinâmicos e, por este motivo, quando não refletidos à priori, podem gerar efeitos não esperados. As dificuldades entre os moradores, com o tempo, talvez desapareçam à medida que os laços sociais estabelecidos na favela forem se enfraquecendo. Contudo, após dez anos, estes laços ainda se mostram presentes e pautam a reconstituição de vínculos sociais. Durante algum tempo, ainda persistirão as expressões: “*este veio da favela da*

Aldeia” e “*este não, este já veio de fora*”. E isto, por sua vez, estará acompanhado de todas as tensões possíveis a uma comunidade cujos moradores possuem origens diferentes, podendo gerar efeitos de “estabelecidos” e “outsiders”, onde o fator tempo de residência acaba por categorizar os moradores definindo as “*pessoas de bem*” e “*dignas de confiança*”.



Figura 2: A visão dos prédios da cidade a partir do conjunto habitacional Aldeia (Dezembro, 2009). Fonte: Acervo próprio

Por não considerar as especificidades dos moradores removidos, alguns projetos habitacionais acabam por não preservar os laços sociais, de pertencimento, da configuração de uma identidade cultural das favelas removidas. Em muitos projetos de habitação social, o objetivo está em alocar o maior número possível de pessoas visando, primeiramente, atingir metas quantitativas. Neste contexto, as diferentes realidades sociais dão lugar um projeto impessoal e desprovido de participação popular, em que a população não se reconhece, permanecendo em isolamento frente ao urbano.

Quando não há interesse em resguardar a história, as práticas e as relações sociais das populações realojadas, efeitos perversos, principalmente o impacto sob a sociabilidade, ressurgem em projetos mal planejados. Sem trabalhar com noção de vizinhança, e isto é recorrente, pelo menos no caso de Campos dos Goytacazes, a transferência para um conjunto habitacional pode ser mais complexo que o considerado pelos planejadores urbanos. Assim, pessoas de áreas diferentes – em alguns

momentos até rivais - são colocadas em um mesmo conjunto, e como veremos no próximo ponto, isto também aconteceu no atual programa Morar Feliz: uma constatação que, sobretudo, a política habitacional pouco reflete sobre os erros de projetos passados.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA MORAR FELIZ

Como vimos, a política de remoção pode apresentar consequências quanto aos aspectos de sociabilidade não previstas por seus planejadores. Entretanto, muitos programas habitacionais de interesse social trazem, em sua justificativa, as melhorias em relação às moradias e inclusão urbana dos moradores. Os moradores são removidos das favelas e áreas de risco sob um discurso de que, nos conjuntos habitacionais, receberão não somente uma casa, mas uma vida digna. Não obstante, este é o caso do programa habitacional “Morar Feliz”, em Campos dos Goytacazes.

Durante a campanha para a prefeitura de Campos, em 2008, a atual prefeita anunciou, através do programa “Morar Feliz”, a construção de 10.000 casas para a população carente. O seu objetivo, conforme relata os objetivos do programa, era propiciar aos que residem em áreas consideradas de risco, como a população ribeirinha, melhores condições de vida, habitação digna e cidadania.

Iniciado em 2009, o “Morar Feliz” construiu mais de 5.100⁴ unidades habitacionais, distribuídas em 12 conjuntos habitacionais, localizados em bairros periféricos. O programa habitacional apresenta tendência de continuidade, uma vez que está prevista a implantação de sua segunda fase, com a edificação de mais 4.900 moradias. Como não foi concluída a meta de 10 mil casas, a segunda fase foi postergada para a segunda gestão da prefeita, reeleita em 2012.

Conforme proferido em discurso de entrega de um dos conjuntos, o programa, de acordo com a prefeita, é inédito no Brasil, pois não se trata da construção de casas do tipo popular, mas “casas decentes, com qualidade e dimensões invejáveis para muitas famílias da classe média”. É uma política, como costuma afirmar, de bom exemplo de aplicação dos royalties do petróleo.



Figura 3: Propaganda do Morar Feliz na entrada da cidade (Dezembro de 2011).

Fonte: Acervo próprio

Segundo os gestores do Morar Feliz, as famílias que moravam em locais de risco foram priorizadas no atendimento, seguidas das assistidas pelo aluguel social (um aluguel pago pela prefeitura aos moradores que não tem onde morar) e dos moradores de áreas de vulnerabilidade social e econômica, que se cadastraram espontaneamente nos órgãos assistenciais. As casas foram totalmente doadas pela prefeitura, e desta forma, o morador não despendeu qualquer valor por elas. Sob esta condição, os moradores receberam um termo de permissão de uso do imóvel, impedindo-os de vender, doar, trocar ou fazer qualquer outra utilização com a casa que não seja apenas para uso residencial de suas famílias.

Entretanto, ao longo da pesquisa, estamos visitando os diferentes conjuntos do Morar Feliz, e através de conversas com diversos residentes nos deparamos com várias dificuldades, que impedem a real inclusão destes moradores à cidade. A realidade dos conjuntos difere, em muitos aspectos, das expectativas dos seus planejadores. Os seus moradores reclamam de necessidades básicas, de equipamentos e serviços urbanos, fruto de uma deficiência de planejamento anterior destes espaços, uma vez que, para estes, seriam deslocados um grande contingente de famílias. Os conjuntos carecem de área de comércio, não edificada pela prefeitura, o que tem também dificulta o cotidiano dos moradores.

Em bairros já precários de serviços, o realojamento de um grande número de famílias

se tornou problemático. O caso do bairro Eldorado é um exemplo deste aspecto, uma vez que nele foram edificados dois conjuntos, com o total de 1.280 unidades. Um desafio que surge neste novo contexto é garantir que serviços já escassos à população anterior atendam de forma satisfatória também os moradores dos conjuntos, após este incremento de demanda.

Além disto, ao conversar com alguns moradores, os ganhos anunciados pelos órgãos municipais parecem estar comprometidos, quando consideradas as dificuldades enfrentadas na realidade diária dos conjuntos, que vão desde tensões entre vizinhos a problemas com a manutenção das residências levando, em alguns casos, à comercialização das mesmas. Junta-se a isto a sensação de insegurança, também presente em alguns conjuntos do programa cuja criminalidade se faz presente, limitando ainda mais um sentimento coletivo, bem como a constituição de laços sociais.

Também no caso do Morar Feliz, moradores de diversas áreas da cidade foram alocados para os conjuntos, sem uma preocupação acurada com a distribuição da vizinhança anterior. Este também tem sido um motivo para tensão entre os moradores, o que é acrescido do fato de que foram alocados em casas geminadas. A tipologia das residências tem sido um motivo de conflitos entre os moradores e uma das suas maiores reclamações, como apontamos nos relatos, em virtude de problemas com ruídos, falta de privacidade, confusões entre crianças e jovens das diferentes casas, dentre outros.

Em alguns relatos, fica evidente a falta de identificação com os novos espaços, levando algumas famílias a trocarem de casas entre si, pelos diversos conjuntos, em busca de uma melhor adaptação. Cabe esclarecer, nas falas dos moradores, uma aprovação quanto à casa e um cuidado em esclarecer que estas residências são melhores que as anteriores, muitas das quais localizadas em áreas de risco. Entretanto, alguns moradores ponderam sobre as diversas dificuldades do cotidiano, o que pareceria mais fácil de ser enfrentado diante de um apoio vicinal, e até mesmo das associações comunitárias, presentes nos locais anteriores, mas dissolvidas após a ida para o conjunto.

Além disto, sobre o acompanhamento dos

moradores por parte da prefeitura, a mesma definiu que alguns agentes públicos se tornassem “síndicos” dos conjuntos, e fizessem a ponte entre os moradores e o poder público. Desta forma, não se observa nenhum fomento por parte da prefeitura na capacitação dos moradores para que eles possam gerir o conjunto, participar das decisões e formar equipamentos coletivos. Ao contrário, a conjuntura se assemelha ao de uma “cidadania tutelada” pela prefeitura, tendo em vista a sua tomada de decisões sem a consulta popular, tornando os moradores mais dependentes e isolados de qualquer decisão sobre este novo espaço. Não foi observado, em nenhum conjunto visitado, qualquer equipamento comunitário, evidenciando a falta de disposição para a participação e ação coletiva. A propósito, não foi edificado nenhum espaço com esta finalidade, não se observando, desta forma, nenhum tecido associativo, nem a promoção à formação do mesmo.

Por fim, há muito que se avaliar nestes novos conjuntos, pois a pesquisa ainda prossegue, mas já é possível perceber que os problemas apontados evidenciam alguns efeitos não esperados do programa Morar Feliz, que se propõe a doar dignidade e cidadania aos seus beneficiários através da casa, de equipamentos e serviços urbanos. A falta de participação popular no programa compromete o sucesso do projeto e a apropriação social destes novos espaços por seus moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As consequências de uma ruptura social da comunidade removida e a entrada de moradores de diferentes locais da cidade para conjuntos de habitação social podem revelar decorrências inesperadas. O que se observa é que não há participação das camadas populares na elaboração e construção dos projetos de habitação populares. A maioria destes programas acabam por não considerar as práticas usuais, os vínculos comunitários e a história local, já que a população removida não é ouvida na elaboração do projeto.

Neste processo, apontamos como as mudanças decorrentes da remoção para estes novos territórios podem afetar o sentimento de

pertencimento e o comunitarismo existentes anteriormente. Os conjuntos habitacionais são marcados pela coexistência de grupos heterogêneos nas suas origens sociais e culturais, deslocados para um espaço social comum. Neste sentido, é essencial dar continuidade a estudos sobre este tema, buscando entender os processos de mudanças e continuidade das identidades culturais dos moradores removidos, partindo da experiência de moradores que vivenciaram processos de realojamento.

Para entender esta realidade complexa é necessário um olhar atento, e acima de tudo escutar os moradores. A apropriação social deste novo espaço, marcado por uma reconstrução de referenciais, símbolos e vínculos sociais merece atenção na elaboração de projetos que vislumbrem não apenas o quantitativo, mas o qualitativo. Projetos que superem a impessoalidade, incorporando as expectativas de seus moradores e que aprendam com as experiências anteriores. Propomos aqui uma forma de ver projetos de habitação social de maneira singular, pensados a partir da inclusão dos moradores a serem assistidos, minimizando assim os custos sociais através do descarte de projetos homogeneizantes, que pensem a habitação sem considerar seus múltiplos sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Z. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.
- BURGOS, M. B. Cidade, Territórios e Cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 1, 189 - 222, 2005.
- ELIAS, N; e SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- GUIMARÃES, D. C. *Casa que eu quero ou a que me oferecem, qual a casa eu preciso? Cultura local e políticas públicas em habitação*. (Online) Anais XII Anpur 2007. Disponível em <http://www.ufpa.br/xiienanpur>. Acessado em 2009.
- GONÇALVES, H. S. Processos de reconstrução de identidades culturais em um bairro de habitação social. *Sociologia Problemas e práticas*. Nº 16 pp. 135-149, 1994.
- HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. Disponível em http://www.heideggeriana.com.br/textos/construir_habitar_pensar.htm. Acesso em 2008.
- KOWARICK, L. *Viver em Risco: Sobre a Vulnerabilidade no Brasil Urbano*. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, 2009.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 1969.
- _____. *A revolução urbana*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- LIMA, A. *Habitare e habitus — um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar*. Rio de Janeiro: Arquitectos 091, 2007.
- SANTOS, M. S. dos. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, Vol. 13, n. 38, 151-165, 1998.
- SOUZA E SILVA, J. de. “Por que uns e não outros?” *Caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.
- TEIXEIRA, M. C. V. *Espaço projetado e espaço vivido na habitação social: os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte*. Tese de Doutorado do Programa de Pós -Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade e Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- VALLADARES, L. A Gênese da favela carioca. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.15, nº 44, 5-34, 2000.
- _____. (Org). *Repensando o espaço*

Urbano. Rio de Janeiro: ZAHAR editores, 1982.

_____. *Passa-se uma casa: Análise do Programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1978.

VELHO, G. *A utopia Urbana um estudo de antropologia social*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2002.

ZALUAR, A. *A máquina da revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985.

ZALUAR, A. & ALUITO, M. (Orgs). *Um século de Favelas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

Notas

1 Em 1974 foi oficialmente descoberto petróleo na Bacia de Campos. A cidade se tornou a “capital” do petróleo, e na última década, entre 2000 e 2010,

Campos recebeu 9,7 bilhões de reais em royalties e participações especiais. A construção de casas populares pelo município tem sido financiada por estes recursos. Em meio a divergências políticas com a esfera federal, o município utiliza os próprios recursos nestes programas assistenciais, que não tem só a habitação como foco, mas também o transporte público urbano subsidiado (passagem de R\$1,00) e o cheque cidadão.

2 Os nomes dos moradores foram modificados. Foram entrevistados 13 moradores: 8 procedentes da favela da Aldeia e 4 de outros bairros da cidade, mas também removidos para o conjunto.

3 Com a decadência da indústria açucareira, estas famílias abandonaram as atividades rurais em que a moradia era oferecida aos trabalhadores pelos usineiros.

4 Foram entregues 5.476 unidades, uma vez que foram concluídos dois conjuntos que haviam sido deixados inacabados pelas gestões anteriores. Embora não fizessem parte do projeto do Morar Feliz, possuindo até outra configuração edilícia, foram concluídos e incorporados aos números do programa.